



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia

CONSERVADORISMO E PATRIARCADO: EXPRESSÕES NA VIDA DAS MULHERES

VINÍCIUS RAFAEL LOPES¹

LILIANE GOMES DE ABRANTES ANDRADE²

RESUMO:

O artigo propõe a discussão sobre o fenômeno do conservadorismo enquanto expressão ideocultural e política, articulando-o ao patriarcado, enquanto sistema estruturante da subordinação histórica das mulheres. Defende-se que o conservadorismo e o patriarcado tomam parte de um mesmo projeto de sociedade capitaneado pelo capitalismo, no qual as mulheres são historicamente subordinadas.

Palavras-chaves: Conservadorismo. Patriarcado. Capitalismo. Subordinação. Mulheres.

ABSTRACT

The article proposes a discussion on the phenomenon of conservatism as an ideological and cultural expression, linking it to patriarchy, as a structuring system of the historical subordination of women. It is argued that conservatism and patriarchy are part of the same societal project led by capitalism, in which women are historically subordinated.

Keywords: Conservatism. Patriarchy. Capitalism. Subordination. Women

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte

² Universidade Federal de Pernambuco

1 INTRODUÇÃO

O artigo aqui apresentado possui como objetivo geral analisar a presença do conservadorismo enquanto elemento constitutivo do patriarcado para a vida das mulheres. Partimos do pressuposto de que o conservadorismo, como uma expressão ideopolítica funcional à sociedade do capital, também compõe o patriarcado – considerando aqui a imbricação³ entre capitalismo, racismo e patriarcado. Defendemos que esta imbricação traz grandes implicações para a vida das mulheres. Contudo, neste artigo buscamos desenvolver reflexões sustentadas especificamente a partir das categorias analíticas *conservadorismo* e *patriarcado*, analisando, assim, a sua relação dialética.

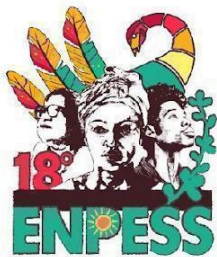
O texto está organizado da seguinte forma: num primeiro momento, resgatamos o conservadorismo e suas bases teórico-políticas, com os aportes de autores/as como Nisbet (1986), Yamamoto (2013), Escorsim Netto (2011), Souza (2016) e Iasi (2016) na perspectiva de apreender sua constituição e implicações; no segundo tópico, abordamos o patriarcado, destacando as contribuições de autoras como Rubin (1993), Saffioti (2014), Lerner (2018) e Oliveira (2019).

2 O CONSERVADORISMO E SEUS FUNDAMENTOS TEÓRICO-POLÍTICOS

Ao falarmos sobre o conservadorismo, logo uma questão nos persegue: o que é ser conservador? Será, que, em alguma medida, não conservamos algo? Deixaremos que a(o) leitor(a) faça suas próprias inferências. Todavia, o conservadorismo aqui analisado deita raízes com o legado da Revolução Francesa de 1789 e foi elevado a novos contornos analíticos com o passar do tempo.

Nas palavras de Iasi (2016), o conservadorismo é uma das expressões da *consciência reificada*, nos termos de Lukács, ou do chamado *senso comum*, nas palavras de Gramsci, isto é, ele é uma expressão da consciência imediata que prevalece em certa sociedade e que manifesta, ainda que de forma desordenada e bizarra, os valores determinantes que têm por fundamento as relações sociais determinantes.

³ Para a definição de *imbricação*, seguimos as reflexões de Falquet (2023), para quem *sexo, raça e classe* (assim como patriarcado, racismo e capitalismo) são *relações sociais imbricadas* e não sistemas autônomos separados.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Para Nisbet (1986), um dos principais expoentes do conservadorismo dentre os autores que estudam o tema, o conservadorismo, enquanto uma *filosofia social*, surge como uma resposta direta à Revolução Francesa. Esta, por sua vez, teve um impacto muito vigoroso sobre a mente da humanidade, impacto semelhante mesmo ao da revolução bolchevique e da ascensão do nazismo, ambos do século XX. Em cada caso, de maneira geral (em que pesem as diferenças abissais entre estes três fenômenos) a tomada do poder, a expropriação dos velhos governantes e o impacto de novos padrões de autoridade sobre velhas certezas levaram a que estas experiências realizassem um reexame das ideias clássicas de liberdade e ordem, a partir de conjunturas econômico-políticas peculiares.

Assim também ocorreu com o pensamento conservador: conforme Escorsim Netto (2011), o pensamento conservador é uma expressão cultural particular de um tempo e um espaço sócio-histórico muito preciso: o tempo e o espaço da sociedade burguesa, configuração esta que deve ser tomada como uma "rica totalidade de determinações e relações diversas" (MARX *apud* ESCORSIM NETTO, 2011, p. 41), e que opera movimentos e tensões em todas as esferas e instâncias sociais.

Ora, do que podemos depreender aqui, a emergência do conservadorismo pode sim ser remontada ao ideário da Revolução Francesa, sob o lema Igualdade, Liberdade e Fraternidade, enquanto *reação* a estas bandeiras. Neste sentido é que um século depois de ascender ao poder a classe burguesa abandona seus proclamas de emancipação, convertendo-se em uma classe eminentemente conservadora (Löwy, 2017).

Na realidade do Brasil, o conservadorismo adquire nuances em face da formação social do nosso País, em que se articulam relações étnico-raciais e patriarcais alavancadas pelo nosso histórico de dominação colonial. Nesse sentido, podemos dizer que a formação social do Brasil aglutina aspectos da raça, a exemplo do racismo estrutural, do gênero, em especial, as relações patriarcais as quais subordinam as mulheres, e de classe, haja vista o intenso processo de desigualdade social⁴. A partir deste pressuposto, o conservadorismo lança mão de seu aparato ideológico, sendo, portanto, funcional à manutenção do modo de produção capitalista.

⁴ Algumas autoras feministas defendem a tese da consubstancialidade entre raça, sexo e classe. Dentre estas, Kergoat (2010) destaca que as relações sociais são *consustanciais*: elas formam um nó que não pode ser sequenciado ao nível das práticas sociais, apenas em uma perspectiva analítica da sociologia; e elas são coextensivas: implantando as relações sociais de classe, de gênero e de 'raça', se reproduzem e se coproduzem mutuamente.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Uma das características do conservadorismo é a ênfase no irracionalismo⁵, ou seja, a razão é frontalmente atacada. Neste mesmo sentido, Coutinho pontua que quando “atravessa momentos de crise, a burguesia acentua ideologicamente o momento irracionalista, subjetivista; [já] quando enfrenta períodos de estabilidade, de segurança, prestigia as orientações fundadas num racionalismo formal” (Coutinho, (2010, p. 16. Colchetes nossos). Em outras palavras, ele nos diz:

Sendo assim, se outras ideologias conservadoras — como o liberalismo, o pragmatismo, o utilitarismo — mantêm influência permanente e predominante sobre o pensamento social, político e econômico produzido na sociedade burguesa em condições de estabilidade, o conservadorismo tende a ganhar força e aglutinar os interesses dominantes nos momentos de crise (SOUZA, 2016, p. 146).

Na conjuntura política brasileira, sobretudo nos últimos dois anos de seu mandato, o governo Bolsonaro foi prodigioso na disseminação do irracionalismo, da cultura anticientífica e da tentativa de deslegitimar a ciência. Tais expressões rebateram fortemente na sociedade, onde foram disseminados fortes elementos simbólicos associados à extrema-direita. Ademais, o conservadorismo propagado por Bolsonaro e seus adeptos, manifesta posicionamentos de ódio e intolerância a grupos socialmente discriminados, como é o caso das mulheres, da população LGBTI+, de negros e populações originárias e de um conjunto de outros segmentos subalternizados.

É importante situar, junto com Iamamoto (2013) que o conservadorismo não deve ser analisado apenas como a continuidade e a persistência no tempo de um conjunto de ideias constitutivas da herança intelectual europeia do século XIX, mas como ideias que, reinterpretadas, transmutam-se em uma ótica de explicação e em projetos de ação favoráveis à manutenção da ordem capitalista. Segundo a referida autora, o conservadorismo moderno, que supõe uma forma peculiar de pensamento e experiência prática, é fruto de uma situação histórica-social específica: a sociedade de classes em que a burguesia emerge como protagonista do mundo capitalista.

Mota (2019) nos leva a refletir sobre a possibilidade de que o apogeu do conservadorismo no Brasil, em seu período mais recente, tenha como estopim as manifestações ocorridas em junho de 2013. Tais eventos foram emblemáticos no que diz respeito às ações de cunho reacionário. De

⁵ Segundo as análises de Barroco (2015, p. 624) o irracionalismo dissemina o pessimismo, o anti-humanismo, o individualismo e desvaloriza a verdade objetiva, dissimulando as contradições sociais e naturalizando suas consequências. O irracionalismo e o conservadorismo encontram condições favoráveis para se desenvolver em momentos de crise social, exercendo a função de enfrentamento das tensões e contradições sociais e contribuindo, direta ou indiretamente, para a apologia do capitalismo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

acordo com Mota (2019), as jornadas de junho foram à culminância com o transbordamento do que chamou de contradições da *democracia blindada* ou *democracia de cooptação*, abrindo espaço para a ofensividade da direita tradicional, assim como da nova direita e dos seus assecclas.

Em face ao exposto, os discursos de ódio e o reacionarismo marcaram tal contexto, através de uma disputa de hegemonia com a extrema-direita. No cenário político, tais eventos foram a mola propulsora para o que ocorreu mais adiante: o golpe jurídico-parlamentar e midiático contra a ex-presidente Dilma Rousseff, eleita democraticamente. Löwy (2016) analisa este fato:

O golpe de Estado parlamentar de maio de 2016 é uma farsa, um caso tragicômico, em que se vê uma cambada de parlamentares reacionários e notoriamente corruptos derrubar uma presidente democraticamente eleita por 54 milhões de brasileiros, em nome de “irregularidades contábeis”. O principal componente dessa aliança de partidos de direita é o bloco parlamentar (não partidário) conhecido como a bancada BBB: da bala (deputados ligados à Polícia Militar, aos esquadrões da morte e às milícias privadas), do Boi (grandes proprietários de terra, criadores de gado) e da Bíblia (neopentecostais integristas, homofóbicos e misóginos) (LÖWY, 2016, p. 65).

De forma contundente, o autor acima retrata o quadro político do Brasil e o golpe que destituiu Dilma Rousseff. A batalha pela hegemonia foi ladeada por um determinado grupo dominante: aqueles que intentam se valer do poder para difundir suas ideologias conservadoras. Mais uma vez, recorremos a Löwy (2016, p. 66), quando este afirma: “a tragédia de 1964 e a farsa de 2016 têm em comum o ódio à democracia”.

É, assim, possível dizer que o conservadorismo no governo Bolsonaro foi marcado pelo ódio e pela intolerância de classe, além da apologia beligerante aos grupos socialmente discriminados. Mas outro fator que nos importa aqui ressaltar é o golpe que destituiu a ex-presidente Dilma Rousseff também demonstrou a misoginia com a qual o processo foi conduzido. Nessa direção,

O caráter misógino do golpe foi exposto na mídia tradicional, que muito criticava as condições emocionais da presidenta, nas redes sociais, onde era possível visualizar uma diversidade de textos e imagens que a difamavam com xingamentos de viés sexual, bem como ficou estampado nos repugnantes adesivos que simulavam o seu estupro (KELLER, 2019, p. 103).

Assim sendo, podemos afirmar que há uma articulação entre o *conservadorismo*, em sua acepção mais clássica, de *manter a ordem vigente*, bem como o seu conteúdo *reacionário*,

quando determinados grupos sociais são atingidos, e, nesse caso, as *mulheres*. A destituição de Dilma Rousseff foi um exemplo cabal de como dois eventos reacionários se conjugam, tanto no que diz respeito ao conservadorismo, como na dimensão *patriarcal*.

Nessa direção, Oliveira (2019), endossa nossos argumentos ao ponderar que, inseridas no conjunto das relações sociais capitalistas no Brasil, consideramos que a sociabilidade burguesa dominante as incorpora no seu arcabouço ideológico à medida que resiste às transformações nas relações sociais cotidianas entre homens e mulheres; assim, busca conservar um lugar social para estas, que se mantêm em desigualdade perante os homens. Na discussão a seguir, abordaremos a categoria patriarcado e sua imbricação ao conservadorismo.

3 O PATRIARCADO E SUA INCIDÊNCIA NA VIDA DAS MULHERES: breves apontamentos

Nas reflexões acima, tratamos de analisar o conservadorismo, sua natureza e seus fundamentos teórico-políticos. Nossos esforços a partir deste momento consistem em discutir sobre a *incidência do patriarcado na vida das mulheres* e como este se imbrica ao *conservadorismo*, em suas variadas expressões.

Antes de qualquer postulado, cabe-nos tratar da definição de patriarcado, como estruturante e estruturador das relações desiguais entre homens e mulheres. Gerda Lerner (2019) nos diz que o patriarcado é um sistema estrutural de subordinação histórica das mulheres pelos homens e que ele se estabelece não através de um evento específico, mas de "um processo que se desenrolou durante um espaço de tempo de quase 2.500 anos, de cerca de 3100 a 600 a.C" (Lerner, 2019, p. 40). Também nos diz que ele foi se constituindo, "mesmo no Antigo Oriente Próximo, em ritmo e momento diferentes, em sociedades distintas" (Lerner, 2019, p. 40). Assim é que, como esta autora salienta, o patriarcado se refere à superioridade historicamente construída dos homens sobre as mulheres, de forma que estas últimas sejam levadas a ocupar posições de subordinação e inferioridade.

Nesse sentido, a estrutura patriarcal pode ser identificada inicialmente em sociedades tribais ou organizadas em regime de clãs a partir de uma divisão do trabalho sexual onde estão, de um lado, atividades apreendidas socialmente como sendo "tipicamente masculinas" (caça e pesca, por exemplo), e de outro lado atividades que envolvem o cuidado com o ambiente doméstico e com as crianças, desempenhadas pelas mulheres. Tal exemplo é analisado por Lerner (2019, p. 29), quando esta trata das sociedades escravistas. Segundo a autora, "desde o



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

início da escravidão, homens escravos eram explorados para o trabalho. Já as mulheres escravas eram exploradas para o trabalho, para serviços sexuais e para a reprodução”.

Nesta situação, embora em algumas destas sociedades ainda não houvesse o estabelecimento do Estado ou de classes sociais, a ideia de explorar a sexualidade e o trabalho das mulheres já era presente. Assim.

As mulheres são oprimidas em sociedades que, nem pelo maior esforço de imaginação, podem ser chamadas de capitalistas. No vale do Amazonas e nas terras altas da Nova Guiné, muitas vezes as mulheres são submetidas por meio do estupro praticado por um bando, quando os mecanismos normais de intimidação masculina se mostram insuficientes. “Domamos nossas mulheres com a banana”, disse um índio mundurucu (Rubin, 1993, p. 07).

Neste sentido é que Gayle Rubin afirma em seu clássico "O tráfico de mulheres" (Rubin, 1993), que a lógica patriarcal antecede em muito o surgimento do modo de produção capitalista. Não obstante, sob a sociedade burguesa, o patriarcado, a despeito de preservar seu objetivo central – a opressão das mulheres – conjuga outros elementos de exploração, tornando as mulheres objetos de mercadoria. Desta feita, é possível dizer, que o patriarcado, para além de ser resultado de uma construção histórica, é, segundo Saffioti (2004) estruturado materialmente. Nos diz a autora:

- 1) Não se trata de uma relação privada, mas civil;
- 2) Dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrição;
- 3) Configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade;
- 4) Tem uma base material;
- 5) Corporifica-se;
- 6) Representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência (Saffioti, 2004, p. 57-58).

O patriarcado, portanto, rege a vida das mulheres, na medida em que interfere em todas as esferas políticas e privadas que dizem respeito a elas, desde a formulação de contrato social de casamento, até em relação às decisões que perpassam seus corpos, como seus direitos sexuais e reprodutivos.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Diante desta breve aproximação ao patriarcado, é mister ressaltarmos o quanto este sistema de poder foi apropriado pelo capitalismo, o que desembocou em uma série de implicações para a vida das mulheres. Comumente, deparamo-nos com falas, atitudes e situações que, na maioria das vezes, responsabilizam as mulheres por um conjunto de problemas, que vão da criação dos filhos à violência em que são recorrentemente submetidas. Em seu texto "Prática do Poder e Ideia de Natureza", Colette Guillaumin (2014, in Ferreira et al., 2014, p. 35) descortinam a lógica patriarcal em quatro dimensões, quais sejam:

A apropriação do tempo - tudo se passa como se a esposa pertencesse em nua-propriedade ao esposo e a classe das mulheres pertencesse em usufruto a cada homem e, particularmente, a cada um que tenha adquirido a utilização privada de uma delas.

A apropriação dos produtos do corpo- o corpo individual material das mulheres pertence, tanto no que ele fabrica (os filhos) quanto nas suas partes destacáveis (os cabelos, o leite...)

A obrigação sexual- existem duas formas principais desse uso físico sexual. Aquela que intervém por contrato não monetário, no casamento, e aquela que é diretamente monetarizada, a prostituição.

O encargo físico dos membros do grupo-, em relação direta e pessoal com outros seres humanos, mas sempre, e doravante, somente elas, nos países ocidentais, são consagradas a assegurar, fora da relação salarial, à manutenção corporal, material e eventualmente afetiva do conjunto dos atores sociais. (Guillaumin, 2014, in Ferreira et al., 2014, p. 35)

Com efeito, o patriarcado permeia todas as relações sociais que se estabelecem entre homens e mulheres, ou seja, atravessa a humanidade, e neste sentido entendemos ser plausível a tese de que o patriarcado é apropriado pelo conservadorismo, considerando que este defende a naturalização/manutenção do que está socialmente estabelecido; neste caso, as relações sociais assentadas na desigualdade social entre homens e mulheres. O conservadorismo, para tanto, condensa elementos teóricos e políticos, conforme analisamos nas reflexões anteriores.

Diante de tais pressupostos, lembramos de Oliveira (2019), ao ponderar que o desenvolvimento capitalista lança mão de valores desumanos e tende a universalizá-los. Ora, aqui, o patriarcado se apresenta como importante instrumento desta desumanização, pois a aliança capitalista-patriarcal impõe objeções ao processo de desenvolvimento das capacidades humano-genéricas, e para o que nos interessa aqui, especialmente das mulheres.

Ressalta a autora (Oliveira, 2019), que diante da desigualdade imposta às mulheres, pelo patriarcado, como elemento particular da história humana, acirrada no capitalismo e funcional ao

conservadorismo da classe dominante, deve ser reafirmada a necessária articulação entre luta feminista e luta de classes, como único meio pelo qual se pode alcançar a igualdade.

Durante o governo Bolsonaro, período marcado pela efervescência do neoconservadorismo, foram muitos os ataques dirigidos as mulheres, como exemplo podemos resgatar o veto e total repúdio do ex-presidente ao Projeto de Lei 4.968/2019, que propunha o combate a precariedade menstrual a partir da distribuição gratuita de absorventes para jovens estudantes de baixa renda e mulheres em situação de vulnerabilidade social. Tal projeto, depois de muitos debates e embates, teve sua aprovação no ano de 2021 (Brasil, 2024).

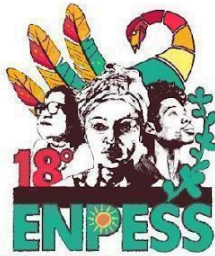
Um dos ataques mais recentes às mulheres pode ser visualizado no Projeto de Lei 1904/2024, de autoria da extrema direita, que equipara o aborto realizado após 22 semanas a homicídio simples, inclusive em caso de gravidez resultante de estupro, o que por sua vez, alteraria, em caso de aprovação, o que está previsto no Código Penal, tal qual prevê o aborto legal em duas situações: gestação decorrente de estupro, bem como Gestação que possa trazer riscos à vida da mulher⁶. Em virtude da luta em defesa dos direitos das mulheres, mediante manifestações e repercussão na mídia, o PL teve a sua análise adiada durante o primeiro semestre do corrente ano.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nos elementos suscitados neste artigo, corroboramos com as ideias sustentadas pelas autoras em que nos ancoramos, de que o conservadorismo e o patriarcado “andam de mãos dadas”, no bojo de um projeto de sociedade em que as mulheres são aviltadas no seu direito de ir e vir, nas suas tomadas de decisões e na vigilância sobre os seus corpos. Estas mediações teóricas tiveram como objetivo analisar de que forma o conservadorismo e o patriarcado possuem profunda imbricação, trazendo violentos rebatimentos para a vidas das mulheres.

Embora tenhamos nos limitado a falar sobre as incidências do conservadorismo somado ao patriarcalismo na vida das mulheres, são inegáveis as conquistas e avanços obtidos pelas e para as mulheres na cena contemporânea, ainda que em um cenário bastante adverso, marcado pela ascensão do neoconservadorismo, que fortalece o sistema patriarcal-capitalista. Contudo, é

⁶ Desde 2012, por meio de decisão do Supremo Tribunal Federal – STF, o aborto passa a ser permitido também em uma terceira situação, em caso de anencefalia fetal.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

certo que o caminho com destino a efetiva emancipação política das mulheres, é longo e árduo, requer e demanda a continuidade das lutas, as quais não devem ser encaradas como uma responsabilidade única e exclusiva das mulheres, mas também incorporar a força política dos homens, enquanto sujeitos sociais comprometidos com o projeto de sociedade alternativo, sem discriminação, exploração e opressão de classe, etnia e gênero, isto é, uma sociedade justa e igualitária para todos.

Sendo este um texto de aproximação à temática, assinalamos a necessidade de tecermos no futuro maiores reflexões sobre os debates aqui propostos. Ainda assim, esperamos ter suscitado inquietações a partir do compromisso político sempre presente em torno da necessidade de construção de uma nova ordem societária, em que esteja superada a subordinação das mulheres.

REFERÊNCIAS

Cisne, Mirla. (2014). RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO, “RAÇA”/ ETNIA E CLASSE: UMA ANÁLISE FEMINISTA-MATERIALISTA. *Temporalis*, 14(28), 133–149.
<https://doi.org/10.22422/2238-1856.2014v14n28p133-149>.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

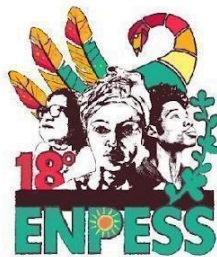
GUILLAUMIN, Colette. Prática do Poder e ideia de Natureza. In: FERREIRA, Veronica, ÁVILA, M. Betania, FALQUET, Jules, ABREU, Maira (orgs). **O patriarcado desvendado**: teorias de três feministas materialistas: Colette Guillaumin, Paola Tabet e Nicole-Claude Mathieu – Recife: SOS Corpo, 2014. 188 p.

IAMAMOTO, Marilda. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social. Ensaios críticos**. 12. ed. –São Paulo: Cortez, 2013.

KELLER, S. B. **A ofensiva do conservadorismo: serviço social em tempos de crise**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2019. 1 v.

IASI, M. **De onde vem o conservadorismo?** Blog da Boitempo, São Paulo, 2015.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos Cebrap*, no. 86, março 2010. pp. 93-103



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens** / tradução Luiza Sellera. – São Paulo: Cultrix, 2019.

LÖWY, Michael. **Da tragédia à farsa: o golpe de 2016 no Brasil**. In: Por que gritamos golpe? Para entender o *impeachment* e a crise política no Brasil.

LÖWY, Michael. **As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen**; Edição. 10^a; Editora Cortez, 2017.

MOTA, Ana Elizabete. **A cultura da crise e as ideologias do consenso no ultraneoliberalismo brasileiro**. In: O neofascismo no poder: análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

NETTO Escorsim, Leila. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

NISBET, Robert. **Conservadorismo e sociologia**. In: MARTINS, José de Souza (Org.). Introdução crítica à sociologia rural. 2. ed. São Paulo: HUCITEC. 1986.

OLIVEIRA, Leidiane Souza de. (2019). **PATRIARCADO, CONSERVADORISMO CONTEMPORÂNEO E OS DESAFIOS PARA AS MULHERES NO BRASIL**. *Revista De Políticas Públicas*, 22(2), 845–862. <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v22n2p845-862>.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres. Notas sobre a 'Economia Política' do sexo**. Recife: SOS Corpo, 1993.

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SOUZA, Jamerson Murilo Anunciação de. **Tendências ideológicas do conservadorismo**. 2016. 304 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Pernambuco, 2016.